

Ana Maria Colling
Losandro Antonio Tedeschi
(Organizadores)

E
g Dicionário Crítico de
gênero



O, Yolanda. Bertha Lutz. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

TO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

HET, Rachel. O Feminismo Tático de Bertha Lutz. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

Sugestões de leitura

SE, Susan. Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil: 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

AZIL, Érico Vital (Org.). Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HNER, June E. Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Mulheres, Santa Cruz: EDUNISC, 2003.

RAWEJCZYK, Mônica. As filhas de Eva querem voar. Os primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 398 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

seu Virtual Bertha Lutz. Disponível em: <<http://lhus.org.br/bertha/>>

PHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: MANSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2012.

rbete Bertha Lutz. In: SCHUMAHER, Shuma, VIALL, Barros. Precursoras Brasileiras. Rio de Janeiro: A Gazeteiro Editora, 1943.

Manuais de civilidade / comportamento

Para enquadrar teoricamente as questões colocadas pelos manuais de civilidade / comportamento devemos referir autores como Benveniste, N. Elias e Foucault. Dirá Benveniste sobre a palavra “civilização”: “Da barbárie original à condição presente do homem em sociedade, descobria-se uma graduação universal, um lento processo de educação e de refinamento, numa palavra um progresso constante na ordem do que a civilidade, termo estático, já não bastava para exprimir e a que era bem preciso chamar a civilização para definir em conjunto o seu sentido e a sua continuidade.” (1996:336-340)

Estes textos funcionavam e funcionam como operadores práticos dessa dinâmica, desse lento “processo de educação e refinamento”. Eles dão-nos a ver esferas distintas que Norbert Elias designou no “processo civilizacional”: “a orientação do momento de civilização para uma “privatização” cada vez mais pronunciada e mais completa de todas as funções corporais, e para a rejeição em recintos especializados e para a sua deslocação “fora do campo visual da sociedade” (...) é a estranha clivagem entre os aspectos da vida humana que se podem expôr à luz do dia, quer dizer as relações sociais, e as outras que é preciso reservar na in-



timidade, na esfera “secreta” (...) Dito de outra maneira, assiste-se no curso do processo de civilização, à formação progressiva de duas esferas diferentes da vida humana, uma é íntima e secreta, a outra aberta, de um comportamento clandestino e de um comportamento público” (ELIAS, N., 1988: 317-318).

Esta ideia de civilização é central na evolução do próprio conceito de civilidade e das obras / manuais que lhe são dedicados. São textos que ensinam as regras sociais, o como manter-se no seu lugar. A eles se pode aplicar o que diz M. Foucault “o domínio em análise é constituído por textos que pretendem dar regras, avisos, conselhos, para se comportar como é preciso: textos “práticos”, que são eles próprios objectos de “prática”, na medida em que eram feitos para serem lidos, aprendidos, meditados, utilizados, postos à prova e visavam constituir a armadura da conduta quotidiana. Estes textos tinham por função serem operadores que permitiam aos indivíduos interrogarem-se sobre a sua própria conduta, velar sobre ela, formá-la e modelarem-se a si mesmos como sujeito ético.” (FOUCAULT, M., 1984 a: 18-19).

São textos objetos de prática como é significado etimológico da palavra *manual* que tem esse duplo significado na sua referência às mãos e também “obra de pequeno formato que contém noções ou directrizes relativas

a uma disciplina, *técnica* (s.m)” etc.

Textos a serem praticados, incarnados à semelhança de “*técnicas do corpo*” definidas por Marcel Mauss (1950), já que o *corpo* é o lugar primordial da inscrição da lei; o corpo é uma memória na qual se fazem estruturas diversas, entre estas as graduações enormes que cada sociedade pode estabelecer entre o que cada uma determinou ser “feminino” e “masculino”, nas manipulações diversas que cada sociedade exerce sobre os corpos, estruturando-os para exercerem funções e papéis diferentes ou de outro modo o que Butler denominou as *variações de género*. Sendo o corpo o lugar primordial da inscrição, qualquer que ela seja, desde as sociedades primitivas e as suas escarificações do corpo até às nossas sociedades de leitura mental, de lei interiorizada, as técnicas de corpo funcionam como operadores na construção de género, na atenção aos detalhes em todos os gestos, palavras, leituras, espaços, tempos relacionados com a socialização das meninas / mulheres da qual, durante séculos, a educação religiosa foi uma componente importantíssima. No entanto, através de um processo de laicização das sociedades surgem outras necessidades educativas a que os compêndios de civilidade respondem na aprendizagem de uma outra maneira de estar em sociedade e, nesse processo lento de transforma-

na disciplina, *técnica* (s.m)” etc.

Textos a serem praticados, imitados à semelhança de “*técnicas do corpo*” definidas por Marcel Mauss (1900), já que o *corpo* é o lugar primordial da inscrição da lei; o corpo é uma memória na qual se fazem estruturas diversas, entre estas as graduações e normas que cada sociedade pode estabelecer entre o que cada uma determina ou ser “feminino” e “masculino”, e as manipulações diversas que cada sociedade exerce sobre os corpos, assegurando-os para exercerem funções após diferentes ou de outro modo que Butler denominou as *variações de gênero*. Sendo o corpo o lugar primordial da inscrição, qualquer que ela seja, de as sociedades primitivas e as suas variações do corpo até às nossas sociedades de leitura mental, de lei interiorizada, as técnicas de corpo funcionam como operadores na construção de gênero, na atenção aos detalhes de todos os gestos, palavras, leituras, rituais, tempos relacionados com a socialização das meninas / mulheres em geral, durante séculos, a educação religiosa foi uma componente importantíssima. No entanto, através de um processo de laicização das sociedades surgem outras necessidades educacionais e a que os compêndios de civilidade respondem na aprendizagem de uma outra maneira de estar em sociedade nesse processo lento de transforma-

ção, ou nessa transição, os manuais de civilidade substituíram, de certa forma, esses livros de orações, de instruções morais e religiosas, como é evidente nesta definição de “civilidade” dada por A. M. Baptista “Todos, ou quase todos, misturam os preceitos de civilidade com os preceitos religiosos, como se cada uma destas coisas não tivesse o seu lugar distinto. Além d’isso, muitas das prescrições que se encontram em todos, ou em quase todos os compêndios de civilidade, são hoje rejeitadas no trato social, por contrafeitas, fadigas e incommodas.” (1886: 3).

Transformações que implicaram uma redistribuição das esferas de ação do poder: a educação religiosa apesar do lugar importante na educação das raparigas, já não dominava toda a arquitetura educativa. Estes manuais de aprendizagem eram necessários para a burguesia - classe em ascensão - que detinha o poder económico e político mas que não tinha o “habitus”, o savoir-faire necessário, da aristocracia. Diz M.Lourdes L. Santos que “o manual de civilidade exprimirá, a partir de então, a pretensão de facultar a todos o conhecimento do código do “saber viver”, e nesta medida, está aparentemente a minar os seus próprios objetivos - possibilitar que os iguais se reconheçam entre si e os de fora sejam assinalados e mantidos a distância, isto

é, demarcar e distinguir (...)” (1983: 14-15).

Esta era de facto a miragem proposta pelos manuais de civilidade; ao pretenderem estabelecer o reconhecimento entre iguais, o que os distingue dos restantes, ainda que circulem na mesma esfera - social, educativa, económica, etc. - mas os gestos, a cumplicidade de dentro, o sentimento de pertença, nunca se realizavam de fato.

Os manuais pretendem estabelecer e dar a conhecer as marcas de distinção entre esferas laica / religiosa; pública / privada; entre homens e mulheres, senhores/as e serviçais etc. e ensinar, de modo prático, a cada um/a, a saber ocupar o seu lugar.

Logo, a civilidade será o saber comportar-se adequadamente em cada situação e estes manuais fazem a enumeração das várias ocasiões e dos comportamentos respetivos, tanto nas situações especiais (bailes, festas, etc.) como no quotidiano (maneira de se deitar, despir, andar, sentar-se, falar, etc): “o porte de uma menina, junto do homem, deve ser grave e franco, não o buscar com a vista, mas também não fugir d’elle com hypocrisia. Pode ser muito honesta e virtuosa sem ser acanhada” (Melo, J.C, 1872:26).

A incidência deste tipo de aprendizagem marcou particularmente a educação das meninas, que D. Roche denominou a *civilização das civilidades*,

nome que revela uma marca de género acentuada e as exclusões de acesso ao conhecimento que lhe foram inerentes.

Esse saber ocupar o seu lugar passava pela composição do corpo e, segundo Elias, pela privatização de todas as funções corporais; uma distância a criar cada vez maior entre o íntimo e o social (Vigarello, 1988) em que, por exemplo, a higiene funciona como um processo de civilização à semelhança das maneiras de estar à mesa ou da moda como um dos processos / operadores de técnicas e, em particular, sobre o corpo feminino etc., o que foi designado como o trabalho das aparências (PERROT). O saber destas técnicas – a sua prática – constituíam o que no século XVIII se designou como composição do corpo. A observação das normas era a forma de tentar criar uma legibilidade perfeita, uma transparência no jogo da comunicação em sociedade. Como se o corpo fosse o texto disponível a uma leitura sem ambiguidades nem suspeitas “cada parte do nosso corpo, encarada, ou separadamente ou nela própria ou colectivamente nas suas relações, torna-se um novo texto infinitamente instructivo.” (LAVATER, 1786, III: 233).

No entanto há sempre algo que excede e que transparece nessa dissimulação como afirma B. Nazareth: “Quanto ao rosto, nenhuma regra poderia impedir que ele reflectisse todas

as nossas impressões. (...) Se não se é realmente benévolo, não se poderá fingir por muito tempo. A arte de dissimular não basta.” (1903: 149-152)

e talvez, por isso, haja nestes processos de civilização de cariz diverso a mediação de técnicas que vão criando um espaço cada vez maior entre os corpos e também clivagens no próprio indivíduo que, por exemplo, a psicanálise vai tentar nomear.

Os manuais de civildade têm como objectivo a criação de um ser “sem paixões”, regulado no seu “exterior” – na sua postura corporal – e no seu “interior”, numa interiorização da Lei, da norma. Transparece assim o ideal da criação de um “corpo próprio”, de um indivíduo auto-regulado e não afetado pelos acontecimentos, pelas paixões, pelos seres. Códigos de conduta que funcionam como linhas de demarcação entre homens e mulheres, classes sociais e de idade. É um mundo hierarquizado, rígido, com espaços e funções bem demarcados: a intimidade privatiza-se; as funções corporais deixam de ser públicas. Estes manuais são um “processo de aprendizagem” (Santos, M.L.L., 1983: 8): ocupam-se do modo de se comportar em todas as situações, públicas ou privadas, funcionam como um espelho a que se tenta ajustar a imagem, a composição do corpo; procuram formar um texto corporal normalizado, exclui-

ossas impressões. (...) Se não se é
mente benévolo, não se poderá fin-
por muito tempo. A arte de dissi-
ar não basta.”(1903: 149-152)

e talvez, por isso, haja nestes
cessos de civilização de cariz di-
o a mediação de técnicas que vão
ndo um espaço cada vez maior en-
os corpos e também clivagens no
prio indivíduo que, por exemplo, a
análise vai tentar nomear.

Os manuais de civildade têm
no objectivo a criação de um ser
m paixões”, regulado no seu “ex-
or” - na sua postura corporal - e
seu “interior”, numa interiorização
Lei, da norma. Transparece assim
leal da criação de um “corpo pró-
”, de um indivíduo auto-regulado
ão afetado pelos acontecimentos,
as paixões, pelos seres. Códigos
conduta que funcionam como li-
s de demarcação entre homens e
lheres, classes sociais e de idade. É
mundo hierarquizado, rígido, com
aços e funções bem demarcados: a
midade privatiza-se; as funções cor-
ais deixam de ser públicas. Estes
nuais são um “processo de apren-
agem” (Santos, M.L.L., 1983: 8):
apam-se do modo de se comportar
todas as situações, públicas ou pri-
las, funcionam como um espelho a
e se tenta ajustar a imagem, a com-
sição do corpo; procuram formar
texto corporal normalizado, exclu-

se tudo o que possa parecer excêntrico
“Todos os actos da nossa vida pública
têm que obedecer a praxes estabeleci-
das, a um geral convencionalismo, sob
pena de sermos considerados descortezes e ignorantes.” (NAZARETH, B.,
1903: prólogo)

Parte destes manuais ocupa-se
da menina burguesa que se prepara
para o casamento, que vai ser “a fada
e o anjo do lar”, fazendo nela o corte
entre o exterior turbulento e a paz do
“Lar, doce Lar”. Diz B. Nazareth que
“O respeito pelas damas é um dos mais
fortes alicerces da polidez masculina;
a prova mais segura de boa educação
d’uma dama cifra-se neste grande prin-
cípio: retribuir em graças e gentileza o
que recebe de protecção e de vassala-
gem.”(idem)

Na evolução das regras de civili-
dade propostas pelos manuais vêem-se
as imagens do corpo que se foram al-
terando; corpo sempre presente e que
se tenta modelar até à presença discre-
ta, à quase invisibilidade. No entanto,
o ‘corpo’ povoa estes textos, em cada
regra, em cada linha, ele diz-se, afir-
ma-se... Como se a sexualidade fosse
o segredo, o interdito sempre presente,
a não nomear. Passou-se de um imagi-
nário religioso - que presidia a todos
os atos do quotidiano, em que nada es-
capava a um olhar (divino) que pedia
disciplina e obediência, que penetrava
todos os atos e pensamentos e o impen-

sado - para um imaginário civil, num
olhar que deixou de ser exterior, fora
das ações dos humanos, para se tornar
social, civil, público. Nesta passagem
de um olhar exterior e impessoal para
um olhar envolvente e pessoal trans-
formou-se o próprio corpo. Como se
na aprendizagem da “civilização das ci-
vilidades” (Roche in M. Sonnet, 1987:
11), elas ficassem aquém da civilização
e da cultura, do laço importante com a
abstração e os princípios.

As transformações sofridas
pelo corpo são culturais e, nele ins-
critas, através das “técnicas do cor-
po” que foram variando ao longo dos
tempos na aprendizagem das linhas de
demarcação entre os seres - homens,
mulheres e crianças, espaços públicos
e privados, o que se toca e o que não
se toca, o que se mostra e o que não
se mostra, o que é permitido e o que
é interdito. Um corpo faz-se na apren-
dizagem do seu lugar, na travessia que
ele faz pelos outros e os outros por ele:
cada ser sendo um cruzamento de fios
(familiares, sociais, políticos) e é esse
cruzamento - essa teia - que lhe dá um
lugar e lhe permite a sua diferença.

Teresa Joaquim

Referências e sugestões de leitura

ELIAS, Norbert, *La civilisation des mœurs*, col. Pluriel,
Paris: Calmann Lévy, 1982

FOUCAULT, Michel, *Histoire de la sexualité. L’usage des
plaisirs*, Paris: Gallimard, col. Bibliothèque des Histoires,
1984.

JOAQUIM, Teresa, Menina e Moça – a construção social da feminilidade sec. XVII-XIX, Lisboa: Fim de Século, 1997

Kehl, Maria Rita, As máquinas falantes, in Novaes, Adauto (org.), O homem máquina - a ciência manipula o corpo, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<http://www.mariaritakehl.psc.br/contudo.php?id=17>
MAUSS, Marcel Sociologie et Anthropologie. Paris: Quadrige/PUF, 1950/1985

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no séc. XIX. Lisboa: Presença/ICS, 1983.



Marianismo

Se no período das sociedades pagãs tradicionais a figura da mulher foi divinizada nos cultos em homenagem a Deusa Mãe, no mundo do ocidente cristão medieval o feminino (e, portanto, a mulher) passou a ser associado ao maligno e à imagem do demônio. Ao ser instituída a *Reforma Gregoriana*, quando da criação do celibato clerical ocorre a criação da dicotomia entre *Eva* e *Maria*, daí poder afirmar que tem início um processo de diabolização da mulher, representada como a descendente direta da primeira, porta através da qual o mundo havia caído em pecado. No entanto, em sentido inverso a tal processo e de forma diametralmente oposta, durante a mesma idade média ocidental, emerge uma tendência oposta, através do fortalecimento do culto à Virgem Maria.

O culto de Maria, mãe de Cristo, foi reconhecido pela igreja e formalmente aprovado por ela no Concílio de Éfeso promovido em 431 D. C. Durante todo o período medieval, ela foi adorada como a primeira dentre todos os santos dada a sua posição de intermediária entre Jesus e os homens, o que lhe concede o mote de *medianeira divinal*, advogada quase que exclusiva dos seres humanos junto a seu filho divino. De acordo com o texto bíblico, um exemplo desse processo teria acontecido durante as Bodas de Caná. Seu culto foi essencial na religião e na sociedade medievais.

A adoração a Virgem Maria é expressa tanto artisticamente quanto por escrito, principalmente pela sua capacidade intercessora pelos pecadores no dia do Juízo Final. Há que se salientar também, que essa representação pictórica preferiu se concentrar na suavidade, na humanidade e na feminilidade da sua figura maternal, elemento bem marcado em obras clássicas do Renascimento como a Pietá de Michelangelo. O Marianismo, na opinião do medievalista Jacques Le Goff, pode ser considerado uma das razões pela qual houve um afastamento entre a figura de Deus na visão da igreja católica e a figura de Javé. Segundo o autor esse afastamento foi ocorrendo de forma progressiva e a "(...) passagem da *sacra pagina* para a teologia, sobretudo no século XII, mas também no século XIII,